

EDUCAÇÃO SUPERIOR E O MUNDO DO TRABALHO: LIMITES E POSSIBILIDADES DE DIÁLOGO

*Iracema Oliveira Lima**

*Josenaldo de Souza Alves***

*Rita de Cássia O. L. Alves****

Resumo: A educação superior mantém, na pauta da definição de suas políticas públicas, dentre outras, a discussão acerca do papel das Instituições de Ensino Superior (IES), ou seja, o comprometimento tanto com a ética e a humanística quanto com as necessidades listadas pelo mundo do trabalho, na formação de profissionais. Neste artigo, refletiremos acerca da interação da educação superior com o mercado de trabalho, com destaque para o seguinte questionamento: como estreitar as relações desses dois setores sem, no entanto, limitar um ou outro às particularidades traçadas por demandas específicas?

Palavras-chave: Educação superior. Trabalho. Perfil profissional.

* Doutoranda em Educação pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Professora do Departamento de História da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (Uesb). Bolsista da Capes/PQI. E-mail: iracema@uesb.br

** Especialista em Controladoria. Professor da Faculdade Independente do Nordeste (Fainor). E-mail: josenaldo1@yahoo.com.br

*** Mestre em Administração. Professora do Departamento de Ciências Sociais e Aplicadas da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (Uesb). E-mail: rcassialimaa@yahoo.com.br

Introdução

A idéia de fomentar a reflexão sobre educação superior e mundo do trabalho advém da relevância de se discutir a atuação dos profissionais que obtiveram uma formação acadêmica e o papel da educação superior nesse processo. Diante da importância e atualidade do assunto, são vários os atores que influenciam e se debruçam sobre esta temática, dentre eles, destacam-se: comunidade acadêmica, órgãos governamentais, formuladores de políticas educacionais, instituições representativas do setor empresarial, Organizações não-Governamentais (ONGs), órgãos de fomento à pesquisa e associações de classes.

Nesses setores os debates se intensificam em função da necessidade de maior interação dos estabelecimentos de formação superior com o mundo do trabalho. O cerne da questão, muitas vezes, concentra-se na seguinte pergunta: como estreitar as relações entre os dois setores sem, no entanto, limitar um ou outro às particularidades traçadas por demandas específicas?

Educação superior e mercado de trabalho: uma relação (às vezes) conflituosa

É possível verificar que, nos últimos anos, a literatura acerca do assunto amplia-se cada vez mais, ao tempo em que reafirma a tendência e a necessidade de uma maior interação das instituições de ensino superior com o mundo do trabalho. Percebemos, inclusive, que os estudos mais recentes rompem com velhas e ultrapassadas idéias, a exemplo de: “as instituições de educação superior não têm contas a prestar à sociedade”; “a academia pensa, enquanto o mercado produz”; “qualificação profissional ocorre mesmo é quando o sujeito ingressa no mundo do trabalho”; “uma coisa é a teoria e outra bem diferente é a prática”.

Esta inter-relação pode ser observada quando analisamos o atual modelo dos estabelecimentos de educação superior. A maior parte deles

procura estruturar-se nos moldes do campo empresarial. Com o objetivo de analisar criticamente esta realidade, recorremos a Chauí, para quem “[...] a universidade vem sendo estruturada segundo o modelo organizacional da grande empresa, isto é, tem o rendimento como fim, a burocracia como meio e as leis do mercado como condição”. A autora, além disso, declara que nos equivocamos quando:

[...] reduzimos a articulação entre universidade-empresa ao pólo do financiamento da pesquisa e do fornecimento de mão-de-obra, pois a universidade encontra-se internamente organizada conforme o modelo da grande empresa capitalista. Assim sendo, além de participar da divisão social do trabalho, que separa trabalho intelectual e manual, a universidade ainda realiza em seu próprio interior uma divisão do trabalho intelectual, isto é, dos serviços administrativos, das atividades docentes e da produção da pesquisa (CHAUÍ, 2001, p. 56).

Para Velho (1998), esta aproximação tem, paulatinamente, modificado as relações universidade – mundo do trabalho, já que o vínculo desses segmentos deixou de ser uma via de mão única para ser um rico momento de troca de experiências. Segundo ela, a parceria atende tanto à demanda das empresas – que buscam aperfeiçoar o perfil do seu profissional – conforme demonstram os avanços das pesquisas acadêmicas, quanto à oferta das instituições de nível superior – que procuram visualizar o tipo de profissional necessário ao mercado sem, no entanto, afastar-se da formação geral.

Paralelamente, associar ensino superior e mercado de trabalho é uma prática que tem colhido – freqüente e merecidamente – severas críticas de estudiosos, principalmente os da área de políticas públicas para a educação superior no Brasil e no exterior. As censuras mais comuns decorrem das seguintes situações:

1. Diferenciação e polarização das capacidades e recursos dos grupos vinculados e não-vinculados às empresas;
2. Crescente indústria de estabelecimentos de educação superior, cuja meta são os lucros advindos do milionário comércio no qual esse nível de ensino se transformou nos últimos anos;

3. Ajustes das temáticas de investigação a interesses externos, o que desconsidera, portanto, a almejada autonomia na busca do conhecimento e institui – por conseguinte e na maioria das vezes – uma relação heterônima com a produção do saber;
4. Dúbia interpretação acerca do princípio da autonomia universitária;
5. Impacto sobre a organização interna das instituições de nível superior, que se tornam reféns de interesses, freqüentemente, alheios a sua natureza;
6. Aligeiramento no tempo de formação superior para atender aos interesses de um mercado de trabalho do tipo *fast food*;
7. Priorização de recursos nas áreas das Ciências Exatas e Aplicadas – Química, Engenharias, Geologia, Biotecnologia, Informática, Novos Materiais e Química Fina – em detrimento das áreas das Ciências Humanas e Sociais. Estas permanecem, na sua grande maioria, dependentes dos escassos recursos oriundos, quase que exclusivamente, do governo, circunstância que não configura uma política homogênea de aplicação de recursos.

Diante deste cenário, observamos que, se por um lado há entusiasmo e necessidade em fortalecer o vínculo educação superior–mercado de trabalho, por outro, há que se atentar para que essa relação não ocorra numa lógica alheia à formação com qualidade, autonomia didático-científica e ética profissional. Num país como o Brasil – caracterizado por uma expressiva desigualdade socioeconômica, com alta concentração de riqueza nas mãos de poucos – conforme pode ser verificado nos índices de Gini,¹ – é preciso, inclusive, combater o

¹ Estes índices expressam a igualdade ou desigualdade de uma determinada distribuição (renda, serviços educacionais ou de saúde, por exemplo), cuja tabela pode variar de 0,0 (zero) a 1,0 (um). Quando o índice é igual a zero, teoricamente, há situação de igualdade. Quando o indicador é igual a 1,0 (um), ocorre uma situação de máxima desigualdade. No relatório da ONU/2005, o Brasil aparece com o índice Gini de 0,593, à frente apenas de dois países africanos: Namíbia (0,707) e Serra Leoa (0,629).

pensamento daqueles que ainda julgam ser função da educação superior reproduzir idéias e conhecimentos elaborados nos grandes centros.

Nesta ótica, investir em pesquisa, em estrutura física e humana do modo que a educação superior requer, representa um equívoco sem tamanho, ou, como disse o economista Cláudio de Moura Castro em uma matéria publicada na revista **Veja**, uma asneira sem tamanho, já que os investimentos realizados, muitas vezes, não apresentam um “retorno” bem justificado, ou mesmo, almejado.

O perfil do egresso X formadores de opinião

As instituições de nível superior são freqüentemente questionadas quanto ao seu papel e função na sociedade. Dessa forma, alguns setores sociais defendem que os egressos de cursos superiores devem estar preparados para atuar numa realidade cujas características são a forte concorrência, a expansão de mercados e a demanda por novos produtos e serviços. Ao lançar um desafio, a história demonstra que o perfil dos profissionais tem se modificado ao longo dos anos e, à medida que eles respondem às exigências do mercado, atributos como a capacidade de liderança, a comunicação, a inovação e o empreendedorismo são constantemente identificados, empregados, abandonados e novamente utilizados. Em virtude disso, alguns pontos ainda inquietam os atores desse debate. Dentre eles, destaca-se, preliminar e não exclusivamente: que mecanismos têm definido a melhor formação de nível superior na contemporaneidade? Ao refletirmos sobre esta questão, sabemos que alguns órgãos governamentais e parcela da sociedade utilizam como parâmetros, para avaliar a educação superior brasileira, os mesmos mecanismos estabelecidos pelo Ministério da Educação (MEC) nas avaliações dos cursos de graduação e pós-graduação. As diretrizes classificam-nos de acordo com o padrão de excelência que o próprio MEC determina e surgem, portanto, os considerados “cursos de referência” na formação–qualificação profissional. De mais a mais, podemos afirmar que esse processo avaliativo é reconhecido, ao longo

dos últimos anos, especialmente a partir da década de 90 do século passado, como mais um instrumento de *accountability*.²

Paralelo a isso, temos ainda um avaliador informal da educação superior no Brasil – não menos importante, se considerarmos principalmente o seu papel de formador de opinião – os meios de comunicação. Para a mídia, o baixo nível educacional da população economicamente ativa tem sido um dos fatores limitativos do crescimento nacional. Possivelmente, esta constatação baseia-se nas pesquisas editadas no livro **Brasil: o estado de uma nação** de Paulo Tafner, publicado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), cujos dados levam a crer que a população do nosso país é formada por pessoas que “podem ser tuteladas e podem até atingir bons níveis de produtividade”. Tal contexto nos conduz a indagar: qual seria a capacidade de elaboração, análise e crítica (tão importante e necessária à formação dos profissionais) da maior parte dos brasileiros? Responder a esse questionamento não é uma tarefa fácil. A população está à mercê de um sistema educacional que nos últimos vinte anos tem envidado esforços para uma ampliação meramente quantitativa e não qualitativa da educação pública brasileira, atitude que reafirma o compromisso desta com os organismos internacionais, que delimitam não só os índices mas também o modelo educacional de cada nação constituinte do seu leque de credores.

Ao analisar este quadro, inferimos que a lógica do conhecimento limitado, condicionado e dependente está diretamente associada a um modelo preestabelecido que indica quem deve produzir conhecimento e a quem compete a sua reprodução. Assim, concordamos com a afirmação de Chauí:

[...] não somos produtores de cultura somente porque somos economicamente “dependentes”, ou porque a tecnocracia devorou o humanismo, ou porque não dispomos de verbas

² O conceito deste termo visa traduzir o relacionamento entre os cidadãos, os governantes e os burocratas no âmbito das suas competências. Na educação superior, o conceito de *accountability* procura revelar para a sociedade em geral se as IES estão cumprindo suas funções e responsabilidades sociais que lhe competem.

suficientes para transmitir conhecimentos, mas sim porque a universidade está estruturada de tal forma que a função seja: **dar a conhecer para que não se possa pensar** (CHAUI, 2001, p. 62, grifo no original).

Existem ainda outras possibilidades de identificar os requisitos que determinam a melhor formação profissional de nível superior na contemporaneidade. Desse modo, valemo-nos das constantes pesquisas sobre identificação de perfis. No campo das Ciências Sociais Aplicadas, por exemplo, especificamente no curso de Administração, há estudos que remontam a longas datas. Já em 1973, noticiavam-se investigações orientadas para a definição dos modelos de profissionais que a área deveria desenvolver. Desse modo, destacamos a valiosa contribuição de Mintzberg (1973), um dos pioneiros nos estudos sobre o perfil do administrador.

Mintzberg desenvolveu uma pesquisa que deu origem ao clássico **The Nature of Managerial Work**, no qual identificou minuciosamente o trabalho de executivos, ao considerar os atributos utilizados no desempenho das atividades, de forma a atender ao mercado. Este teórico constatou que o executivo daquela época deveria exercer dez papéis diferentes, concentrados em três grupos: relações interpessoais (figura de proa, líder, ligação); informações (monitor, disseminador, porta-voz) e tomada de decisão (empreendedor, controlador de distúrbios, administrador de recursos, negociador). Ainda hoje o estudo de Mintzberg é referência nos projetos pedagógicos dos cursos de Administração, serve para nortear a definição dos conhecimentos, habilidades, competências e atitudes que um profissional deve ter.

O papel das Instituições de Ensino Superior: o desafio iminente

Entendemos que é preciso, cada vez mais, cuidar para que a formação dos profissionais possibilite criar demandas e não respondê-las, somente. Ou seja, precisamos ultrapassar a formação que prima pelo **só como fazer** e caminhar na direção do **mas por que fazer**.

Para tanto, há que se pautar alguns questionamentos relacionados às responsabilidades e atribuições essenciais das IES nesse processo, isto é:

1. Por que a formação superior tem negligenciado o desenvolvimento de algumas características como capacidade de raciocínio abstrato, de autogerenciamento de assimilação de novas informações, de aquisição de habilidades de natureza conceitual e operacional e flexibilidade intelectual?
2. Por que as instituições de ensino superior não conseguem romper com os limites impostos pelo academicismo e o burocratismo?
3. Por que os cursos de graduação têm negligenciado a flexibilidade curricular da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, o que poderia atender à crescente heterogeneidade de formação prévia?

Ao reexaminarmos as diretrizes propostas para o ensino superior brasileiro é mister definirmos o modelo de educação superior almejado para o Brasil. Sendo mais específicos, temos como exemplo as questões referentes ao famigerado estágio supervisionado que insiste em não associar a teoria à prática. Esse momento na formação profissional é peculiar, constitui uma oportunidade para uma intervenção tanto técnica quanto pedagógica. O estágio pode ser uma excelente ocasião para o diagnóstico e conhecimento de problemas e ocorrências empresariais, metodologias de ensino, procedimentos clínicos, planejamento e execução de projetos, dentre outras possibilidades.

Considerações finais

Ampliar a reflexão sobre educação superior e mundo do trabalho torna-se imperativo, na medida em que a compreensão da realidade possibilitará aos segmentos envolvidos o direcionamento de políticas que contemplem algumas ações, a saber:

1. Alinhamento dos projetos político-pedagógicos dos cursos de nível superior com a construção do conhecimento e com a realidade empresarial, o que contribui para a formação de profissionais preparados não apenas para responder à demanda do mercado, mas principalmente, para criá-la;
2. Promoção de debates entre os segmentos interessados acerca das questões relativas ao mundo do trabalho e ao conhecimento;
3. Auxílio aos professores na aplicação de metodologias condizentes com as mudanças sociais: manutenção de um diálogo permanente com a sociedade; associação da teoria à prática; incentivo ao aprendizado por meio de estudo de casos, dentre outras;
4. Estímulo aos docentes à prática da pesquisa científica, a fim de que esta atividade continue a contribuir, de maneira ética, para que o conhecimento torne-se referência do seu tempo e, conseqüentemente, possa ser aplicado nos diversos segmentos.

Feitas as ponderações, concluimos dizendo que um aprendizado e atualização contínuos e aplicáveis à realidade, além de serem fortes impulsionadores à criação do diferencial que uma sociedade necessita e pode desenvolver, constituem para esta, vantagem competitiva e verdadeiramente sustentável. É importante que as instituições de ensino superior e mercado do trabalho, responsáveis pela formação e absorção dos nossos profissionais, percebam e apropriem-se dos elementos que compõem o perfil destes, pois somente assim contará com pessoal preparado para o novo contexto. Para tanto, e, diante da complexidade do que foi abordado, ambos os segmentos enfrentam o desafio de manterem-se atualizados e acompanharem constantemente essa discussão, pois assim não perderão de vista os seus princípios e propósitos.

HIGHER EDUCATION AND THE WORLD OF LABOR: LIMITS AND POSSIBILITIES OF DIALOGUE

Abstracts: Higher education maintains, in the line of the definition of its public politics, among other things, the discussion concerning the role of higher education Institutions (IES). In other words, the commitment with ethics and humanistic as well as with the needs listed by the world labor in the formation of professionals. In this article, we will contemplate the interaction of higher education with the job market, pointing out the following questions: What to do in order to narrow the relationships of those two sections without, however, limiting the particularities traced by specific demands?

Key Words: Higher Education. Labor. Professional profile.

Referências bibliográficas

CHAUÍ, Marilena de Souza. **Escritos sobre a universidade**. São Paulo: Editora Unesp, 2001.

MINTZBERG, Henry. **The nature of managerial work**. Canadá: Harper & Row, 1973.

TAFNER, Paulo. **Brasil, o estado de uma nação**. Brasília: Ipea, 2006.

VELHO, Silvia. **Relações universidade-empresa: desvelando mitos**. Campinas: Autores Associados, 1996.

VELLOSO, Jacques (Org). **O Ensino Superior e o Mercosul**. Rio de Janeiro: Garamond, 1998.